

ALFRED MÉTRAUX: *Les Incas*. 189 págs., com ilustrações. Éditions du Seuil. Paris, 1962.

O nome de Alfred Métraux ficou para sempre ligado aos estudos das culturas indígenas e negras da América do Sul; tanto pelos trabalhos efetuados sobre documentação histórica, como *A Religião dos Tupinambá* (Brasiliense, Cia. Editôra Nacional, 1950), quanto pelas monografias modelares baseadas em pesquisas de campo, de que o melhor exemplo é *Le Vodou Haitien* (Gallimard, Paris, 1958). Nomeado recentemente professor da École Pratique des Hautes Études, VI Section (Sorbonne), depois de ocupar por muitos anos importante cargo na Unesco, Alfred Métraux se dispusera a dar cursos que fôsem úteis aos estudantes que pretendessem se dedicar à pesquisa na América Latina; tratara primeiramente da civilização Inca, e estava agora, neste ano de sua morte, desenvolvendo um estudo aprofundado e completo da cultura guaraní, de que pudemos ainda ouvir algumas das excelentes exposições. Pediram-lhe as Éditions du Seuil que reunisse num volume algumas de suas aulas sobre a civilização Inca para figurar na coleção "Le Temps qui Court", destinada ao grande público; e é dêste trabalho que trataremos na resenha.

A civilização Inca tem sido objeto de inúmeras pesquisas e obras, tôdas elas de cunho arqueológico ou histórico, visando a reconstituição das variadas sociedades que formaram o grande Império, aniquilado pelos espanhóis em 1533. No entanto, sobre o estado atual daqueles povos nada ou quase nada existe em matéria de estudos, a não ser do ponto de vista folclórico. Por isso a obra de Alfred Métraux encerra duas partes distintas; na parte histórica, o Autor dá uma visão geral dos trabalhos efetuados sobre o passado dos Incas, e na parte final analisa brevemente a realidade contemporânea, a partir de sua própria experiência e observações.

A organização social merece-lhe, como etnólogo, muita atenção. Constata existirem, atualmente, dois tipos de população nativa: aquela que, escravizada pelos espanhóis, se transformou num misérrimo proletariado urbano e rural, cujas condições de vida são terríveis; e os habitantes dos *ayllu*, isto é, das antigas aldeias comunitárias que, mercê de circunstâncias especiais, puderam manter seu antigo modo de existência. Os *ayllu* atuais são comunidades agrícolas cujas terras foram conservadas em comum; ilhados nas montanhas andinas, puderam opor resistência pacífica aos invasores e permanecer praticamente intactos.

O poderio dos soberanos Inca repousara em grande parte no trabalho e na união de pequenos agrupamentos dêste tipo. Cada *ayllu* era um conjunto de famílias que acreditava descender de um antepassado comum; preservavam sua autonomia uns em relação aos outros pelos casamentos no interior do *ayllu*, que perpetuavam as linhagens patrilineares. A administração era autônoma, apresentando variados sistemas de chefia: conselhos de anciãos, escolha de um chefe de aldeia pelos chefes de família; reunião dos varões para deliberar em comum. Cada *ayllu* seguia o seu sistema. Podiam se reunir sob uma autoridade mais elevada, formando pequenos principados, mas a reunião de vários *ayllu* dependia do prestígio de uma personalidade, e a morte desta produzia a quebra da confederação. Auto-suficientes quanto à subsistência, não trocavam com os vizinhos senão alguns produtos naturais e certos objetos manufaturados. A posse da terra, portanto, era a base de sua independência; ela pertencia coletivamente à linhagem, que a defendia com todo o zelo.

Eram prósperos os *ayllu* graças à agricultura diversificada e intensiva, e à criação: "Em nenhuma região do globo conseguiu o homem arrancar ao estado selvagem ou cultivar tantas espécies vegetais quanto no Peru". Muito cedo aprenderam

também os nativos a utilizar o adubo animal, o guano, que do litoral era transportado para fertilizar as terras do interior. Conseguiram transformar em batata um tubérculo amargo e coriáceo, hoje mundialmente utilizado para a alimentação; a batata permitiu o povoamento dos platôs mais elevados e o desenvolvimento das grandes civilizações que se sucederam em solo peruano. O milho foi cultivado mais tardiamente: era o alimento nobre, o alimento dos deuses.

O progresso extraordinário da agricultura era tanto mais notável quanto as superfícies planas escasseavam, no território dominado pelas elevações andinas. Os indígenas conseguiram com enorme esforço aumentar a extensão das terras cultiváveis, abrindo terraços que, como escadarias gigantescas, escalavam as montanhas. A irrigação era outro problema; principalmente nas terras altas, a estação seca muito longa e a rápida evaporação das águas da chuva tornavam precária qualquer plantação. A necessidade ensinou-lhes a canalizar as nascentes, conduzindo a água através dos desfiladeiros, ora em aquedutos, ora em tuneis, e dando aos canais formas zigzagueantes para tornar mais vagarosa a correnteza. Nas alturas da cordilheira, onde era impossível a agricultura, imperava a criação das lhamas e das alpacas; ali a vida era nitidamente de pastoreio. Mas não se tratava de gente mais pobre, pois em troca da lã e da carne de seus rebanhos, obtinham os produtos agrícolas de que necessitavam.

Cada *ayllu*, dividido em metade baixa e metade alta, se localizava nas terras mais pedregosas a meia encosta da montanha; o fundo do vale fértil e temperado de um lado, os pastos coroando os cumes de outro lado, cada aldeia podia assim reunir, — e habitualmente reunia, — agricultura e pastoreio, podendo variar sua alimentação, e utilizando para moradia os pedaços mais estéreis da localidade. Compreende-se como ficava resguardada a auto-suficiência dos *ayllu*. E mais ainda, a auto-suficiência de cada província formada por uma reunião de aldeias também era patente.

A irrigação desenvolveu tanto as plantações que cada *ayllu* produzia amplamente para seu sustento, permitindo as sobras alimentares sustentarem categorias de indivíduos que não se ocupavam com o trabalho do campo: os nobres e o clero, que levavam vida de luxo e de abundância. Quando uma província era conquistada, imediatamente ordenava a Inca a apropriação dos recursos, o que, todavia, não abalava a estrutura econômica e social existente. O Inca se declarava senhor da parte que habitualmente era reservada aos chefes; o Deus Sol reclamava o que sempre fôra devido aos ídolos locais; e os habitantes do *ayllu* permaneciam donos do que até então fôra propriedade da linhagem. Havia uma identificação do Inca e de sua divindade, o Sol, com a chefia da linhagem e com as divindades locais, e não uma incorporação do *ayllu* a uma nova organização econômica e social. O trabalho nas propriedades do Inca e do Deus Sol constituía obrigação periódica, prolongamento da que sempre existira com relação ao chefe e às divindades locais.

Puderam os imperadores Incas congregar verdadeiros exércitos de trabalhadores que elevaram os enormes templos e outras construções, cujas ruínas ainda hoje assinalam seu poderio; que abriram as estradas coleando montanhas acima; que efetuaram trabalhos hidráulicos que ainda hoje enchem de espanto quem os contempla. A abundância das colheitas permitia-lhes sustentar estas massas humanas. Para levar avante seus empreendimentos, ordenava o Inca a avaliação de todos os recursos em homens e em plantações, mal se apoderava de uma província; e para tal desenvolveu um sistema administrativo que mantivesse a harmonia entre trabalho e meios de execução, com burocratização de serviços e corpo de funcionários.

O tipo especial de comunidade que era o *ayllu* contribuía para a congregação da massa humana necessária. Diante do crescimento demográfico, para manter a unidade

interna e um nível satisfatório de vida, era obrigado a se desfazer periodicamente de um excesso de população, que encontrava ocupação e razão de ser na diversificação de tarefas existente no Império. A conquista espanhola não modificou este estado de coisas. A necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas plantações e nas minas arruinou, é verdade, os *ayllu* menos isolados e de mais fácil acesso; os outros puderam se conservar equilibrados, pois as razias que de tempos em tempos efetuavam os espanhóis nas montanhas, — onde não podiam se estabelecer por muito tempo devido às condições geográficas, — podavam os excessos de gente que poriam em perigo o bom funcionamento do sistema.

A situação atual, porém, levou os *ayllu* a uma degradação de seu nível de vida. As lutas e os sofrimentos que experimentaram, tornaram estas comunidades impermeáveis ao que vem de fora; fecharam-se em seu isolamento, ignorando deliberadamente tudo o que se passa fora do seu âmbito. Porém, o precário equilíbrio que era possível manter entre produção e consumo rompe-se muito facilmente, seja pelo aumento demográfico, seja por outras causas, e a solução dada é uma restrição maior do consumo; a satisfação das necessidades sofre uma diminuição, a alimentação empobrece. Embora concomitantemente se tenha desenvolvido uma idealização da pobreza como constituindo a virtude primeira, as restrições sucessivas encontram um limite, alcançado o qual começam os êxodos forçados para as cidades. Mas estas não são industrializadas; não há possibilidade de absorção de toda esta mão-de-obra. A população indígena forma favelas e mocambos na periferia das mesmas, vivendo de expedientes; a comparação de sua miséria com o luxo da meia-dúzia de famílias que formam a classe privilegiada ainda não atingiu a consciência da massa, porém cada dia que passa torna mais próximo esse instante.

Como se vê, o trabalho de Alfred Métraux sugere um sem-número de pesquisas a serem feitas, ligadas tanto aos problemas atuais, quanto à comparação entre formas antigas e novas de organização sócio-econômica, e à sobrevivência de traços nativos. Não citamos aqui aspectos religiosos, estéticos e outros que figuram no livro, e que chamam a atenção para questões dizendo respeito à aculturação, ao sincretismo, ao revivalismo, extremamente variadas e ricas em possibilidades de investigação. Alfred Métraux escrevera este livrinho para o grande público; o etnólogo e o sociólogo, todavia, encontram quase que em cada página inspirações para novos trabalhos, hipóteses interessantes que devem ser testadas por pesquisas de campo associadas a pesquisas históricas. Assim se esclareceriam pontos obscuros da passada civilização Inca; assim se alcançaria um conhecimento da realidade atual que permitisse o planejamento de reformas para melhorar as condições de vida da massa; assim seria promovido um avanço das teorias etnológicas, que muitos dos trabalhos viriam sem dúvida aclarar, infirmar, ou robustecer.

*Maria Isaura Pereira de Queiroz*

RAOUL D'HARCOURT: *Textiles of Ancient Peru and their Techniques*. Editado por Grace G. Denny e Carolyn M. Osborne. Traduzido por Sadie Brown. XVII + 186 págs., 124 pranchas (7 em cores), 104 figs. no texto. University of Washington Press. Seattle, 1962. (Preço: US\$ 22.50).

O autor desta obra clássica é um incansável investigador da arte e da tecnologia indígenas, particularmente dos países andinos, e reconhecido como um dos mais competentes estudiosos da técnica têxtil dos antigos peruanos. Publicado originalmente em francês ("Les textiles anciens du Pérou et leurs techniques", Paris, 1934), numa edição de apenas seiscientos exemplares, o livro constituía de há muito uma raridade bas-